



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

PL n. 56/2024

Pregão Eletrônico n. 03/2024

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com fornecimentos de insumos básicos inerentes a estes serviços.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/07/2024 às 08:30 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

SUMÁRIO

1.DO OBJETO.....	04
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	04
3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	07
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	09
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	16
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS.....	24
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	31
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31
ANEXO I.....	34
ANEXO II.....	36
ANEXO III.....	52
ANEXO IV	73
ANEXO V	83
ANEXO VI	96



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2024

(Processo Licitatório nº 56/2024)

Torna-se público que Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, sediada na Av. JK, 380, Centro, Conceição do Mato Dentro/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto/Portaria n. 064/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos serão realizados em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG, o Sr. Daniel Henrique da Silva Utsch, auxiliado pelos demais membros que constituem a equipe de apoio, todos designados pela Portaria nº 42/2024, de 14 de março de 2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma eletrônica Licitar Digital – Plataforma de Licitações Online, no endereço www.licitardigital.com.br.

Fazem parte integrante deste Edital os seus Anexos.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação. O encaminhamento da proposta poderá ocorrer a partir do dia 19/07/2024 até o dia 31/07/2024 às 08h e 30 min. A abertura da proposta e início dos lances ocorrerão no dia 31/07/2024 às 08h30min, no site <https://www.licitardigital.com.br/>. A referência de tempo é o horário de Brasília. O edital está disponível no site <https://www.licitardigital.com.br/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no site <https://www.camaracmd.mg.gov.br/>.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com fornecimentos de insumos básicos inerentes a estes serviços.

1.2 A licitação será realizada em único item, conforme especificações constantes no ANEXO II – Termo de Referência.

1.3. O valor estimativo para a presente licitação é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil), conforme Planilha de custos e Formação de Preços (Anexo IV).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma <https://www.licitardigital.com.br/> e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

2.12. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item;

4.1.2. Marca e/ou Fabricante

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, NÃO LHE ASSISTINDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE ERRO, OMISSÃO OU QUALQUER OUTRO PRETEXTO.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. SE VERIFICADO, A QUALQUER MOMENTO, QUE O NÍVEL DE QUALIDADE OU DESEMPENHO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS NÃO PERMITE A CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, O PROPONENTE CONTRATADO DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, SUBSTITUI-LOS OU REFAZÊ-LOS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas nacionais e municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou do Tribunal de Contas da União, a depender da origem dos recursos financeiros e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico <https://www.licitardigital.com.br/> na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$10,00(dez reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

5.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art . 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.1.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.1.6. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

5.18.1.7. empresas brasileiras;

5.18.1.8 que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.1.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

aceitabilidade os obtidos na pesquisa de preços que subsidiou o valor estimado da contratação.

5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021,



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

legislação correlata e no item 2.5. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. contiver vícios insanáveis;

6.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

6.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

6.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.6.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.6.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

6.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8.. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira é a seguinte:

I. Na hipótese de pessoa jurídica:

a) Prova de inscrição no CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato ou;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;
- e) Portaria de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 37 da Constituição Federal;
- g) Declaração de não incidência nas proibições do art. 14 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- h) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;
- i) Número de telefone para contato e e-mail, e-mail este que valerá como meio oficial para recebimento de comunicados, notificações e intimações, de qualquer natureza, mesmo em processos administrativos de aplicação de sanções e de responsabilização;
- j) Se a empresa possui certificado digital para fins de assinatura de contratos, atas e instrumentos equivalentes;
- k) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- l) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive, as Contribuições Sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo único do art. 11 da Lei n. 8.212/1991;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

m) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

o) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando for o caso;

II. Na hipótese de pessoa física:

a) Cópia da Identidade e CPF;

b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 37 da Constituição Federal;

c) Declaração de não incidência nas proibições do art. 14 da Lei Federal n. 14.133/2021;

d) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação

e) Número de telefone para contato e e-mail, e-mail este que valerá como meio oficial para recebimento de comunicados, notificações e intimações, de qualquer natureza, mesmo em processos administrativos de aplicação de sanções e de responsabilização;

f) Se a pessoa possui certificado digital para fins de assinatura de contratos, atas e instrumentos equivalentes;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede da empresa;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive, as Contribuições Sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo único do art. 11 da Lei n. 8.212/1991;

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalizado podendo ainda ser verificados por meio do Sicaf.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos pelo Sicaf

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

7.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro do Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no registro cadastral pelo Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para fins de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. NA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, O PREGOEIRO ADOTARÁ A ORIENTAÇÃO CONTIDA NO ACÓRDÃO N. 1211/2021 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

8.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br.

9.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante/contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. Impedimento de licitar e contratar:

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;

b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

e) tumultuar a sessão de licitação;

f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

g) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) receber multa e não efetuar o pagamento.

e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;

f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. Atraso na execução do objeto;

2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;

g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

h) Induzir em erro a Administração;

i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;

j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
 - l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
 - f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
 - g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
 - i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
 - j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.
- iv. Multa:
- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

9.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante

9.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto/Portaria n. 67/2023.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial e na Plataforma www.licitardigital.com.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@camaracmd.mg.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. A resposta ao pedido de esclarecimento vincula as decisões do Pregoeiro e passa a integrar este Edital, independente de transcrição.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. FICA PROIBIDA QUALQUER COMUNICAÇÃO ENTRE O LICITANTE E O PREGOEIRO OU COM QUALQUER OUTRO AGENTE PÚBLICO FORA DOS MEIOS DEFINIDOS NO ITEM 13.3.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.camaracmd.mg.gov.br/>.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Documentação exigida para habilitação

11.12.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

11.12.3. Anexo III - Termo de Referência

11.12.4. ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços

11.12.5. ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato

11.12.5. ANEXO VI - Proposta de Preço

Conceição do Mato Dentro, 02 de julho de 2024



Silvio Silverio Costa

Presidente



Sulamita Guedes Simões Fonseca

Divisão de Licitação e Contrato



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Portaria de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Portaria-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3. Qualificação Técnica:

3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

4. Qualificação econômico-financeira:

4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar – ETP, tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita no item 3 deste documento, atendendo as demandas do setor de TI da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Devido a constante evolução dos hardwares e softwares, surge a necessidade de adequação das tecnologias, afim de manter a qualidade e eficiência necessária para um bom funcionamento.

Diante disto, é visível a necessidade de troca e melhoria dos computadores, para se ter mais celeridade e qualidade na execução das tarefas administrativas rotineiras desta casa Legislativa, tendo em vista que os computadores da Câmara estão ficando obsoletos, sendo imprescindível a substituição dos mesmos, ou ainda, a implementação para novos servidores.

2. UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE

Diretoria Geral.

3. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA) DE 2024

Sim, este serviço está previsto com o código CATSER 15750.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos necessários ao atendimento da demanda serão:

- Em caso de locação, manutenções preventivas e corretivas, incluindo troca de peças ou até mesmo substituição do computador, caso necessário.
- Em caso de compra, o computador deverá possuir garantia mínima de 1 ano do equipamento a partir da data da entrega.

Em ambos os casos os computadores deverão vir com softwares genuínos sendo eles, Microsoft Windows 11, Microsoft Office, e antivírus.

5.2 Os computadores em questão deverão possuir requisitos mínimos, conforme descrição abaixo:

MICROCOMPUTADOR COMPLETO

PROCESSADOR

12ª GERAÇÃO DE INTEL® CORE™ I5-12400 (6-CORE, 12-THREAD, CACHE DE 18MB, 2.5GHZ ATÉ 4.4GHZ)

PLACA DE VÍDEO

PLACA DE VÍDEO INTEL® UHD GRAPHICS 730

ARMAZENAMENTO

SSD DE 256GB PCIE NVME M.2

MEMÓRIA

MEMÓRIA DE 8GB (1X8GB), DDR4, 3200MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 64G (2



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

SLOTS UDIMM)

WIRELESS

INTEL® WI-FI 6 (GIG+) 2X2 E BLUETOOTH

PORTAS

PARTE FRONTAL:

UNIDADE DE DISCO ÓPTICO (OPCIONAL)

LEITOR DE CARTÃO DE MÍDIA (OPCIONAL)

2 PORTAS USB 2.0

2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO

1 ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET

1 LEITOR DE SD-CARD (OPCIONAL)

TRASEIRAS:

2 PORTAS USB 2.0 COM SMART POWER

2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO

1 PORTA DE SAÍDA DE ÁUDIO

1 PORTA ETHERNET RJ-45

1 PORTA PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA

1 PORTA HDMI 1.4B

1 PORTA DISPLAYPORT 1.4

UNIDADE ÓPTICA

SEM LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD

SLOTS

1 PORTA SATA 3.0

1 PORTA SATA 2.0

1 SLOT PCIE X16 DE MEIA ALTURA

1 SLOT PCIE X1 DE MEIA ALTURA

1 SLOT DE CARTÃO M.2 2230 PARA PLACA COMBINADA DE
WIFI/BLUETOOTH



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

1 SLOT DE CARTÃO M.2 2230/2280 PARA UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO

DIMENSÕES E PESO

1. ALTURA: 2,9 CM (11,42")
2. LARGURA: 92,6 CM (3,65")
3. PROFUNDIDADE: 29,3 CM
(11,53")
4. PESO INICIAL: 3,60 KG
(7,94 LB)

SISTEMA OPERACIONAL

WINDOWS 11 PRO PORTUGUÊS (BRASIL), GENUINO.

TECLADO

TECLADO PRETO, COM FIO, EM PORTUGUÊS

GERAL

TIPO DE DISPOSITIVO

INTERFACE

USB

DISPOSITIVO DE ENTRADA

FUNÇÃO DE TECLAS DE ATALHO

VOLUME, MUDO, LEITURA/PAUSA, RETROCESSO, AVANÇO

ESTILO DE TECLAS

CHICLETTE

LOCALIZAÇÃO E DISPOSIÇÃO

PORTUGUÊS

LARGURA

44.2 CM

PROFUNDIDADE



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

12.7 CM

ALTURA

2.44 CM

PESO

503 G

DISPOSIÇÃO

PORTUGUÊS – ABNT2

TIPO DE TECLA

CHICLETE

MOUSE

MOUSE PRETO COM FIO

GERAL

TIPO DE DISPOSITIVO

PESO

87 G

COR

PRETO

DISPOSITIVO DE ENTRADA

TECNOLOGIA DE CONECTIVIDADE

COM CABO

INTERFACE

USB

TECNOLOGIA DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO

ÓPTICO

RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO

1000 PPP

COMPRIMENTO DO CABO

1.8 M

CARACTERÍSTICAS



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

RODA DE ROLAGEM

EXPANSÃO / CONECTIVIDADE

INTERFACES

1 X USB

MONITOR

GERAL

TIPO DE VISOR

MONITOR LCD COM RETROILUMINAÇÃO LED / MATRIZ ATIVA TFT

CLASSE DE ENERGIA

CLASSE E

DIMENSÃO DIAGONAL

21.5"

TIPO DE PAINEL

VA

RELAÇÃO DE ASPECTO

16:9

RESOLUÇÃO NATIVA

FULL HD (1080P) 1920 X 1080 A 60 HZ

PÍXEL POR POLEGADA



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

103

BRILHO

250 CD/M²

RELAÇÃO DE CONTRASTE

3000:1

SUPORTE DE COR

16,7 MILHÕES DE CORES

GAMA DE CORES

72% NTSC (CIE 1931)

TEMPO DE RESPOSTA

12 MS (CINZA A CINZA NORMAL); 8 MS (CINZA A CINZA RÁPIDO)

ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO HORIZONTAL

178°

ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO VERTICAL

178°

REVESTIMENTO DE TELA

ANTI-GLARE 3H HARDNESS

TECNOLOGIA DE RETROILUMINAÇÃO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

LUZ POSTERIOR DE LED

RECURSOS

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE ARESTA LED, TECNOLOGIA FLICKER FREE,
DELL COMFORTVIEW

DIMENSÕES (LXPXA)

50.43 CM X 17.88 CM X 38.41 CM - COM APOIO

PESO

2.67 KG

CONECTIVIDADE

INTERFACES

- HDMI (HDCP 1.4)
- VGA

MECÂNICO

AJUSTES DA POSIÇÃO DO VISOR

INCLINAÇÃO

ÂNGULO DE INCLINAÇÃO

-5/+21



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

INTERFACE DE MONTAGEM VESA

100 X 100 MM

DIVERSOS

CARACTERÍSTICAS

SUPOSTA INTERFACE VESA

CABOS INCLUÍDOS

1 X CABO HDMI

PADRÕES DE CONFORMIDADE

TUV, ROHS, HDCP 1.4

POTÊNCIA

VOLTAGEM DE ENTRADA

AC 100-240 V (50/60 HZ)

CONSUME DE ENERGIA (MODO LIGADO)

14.1 W

CONSUMO DE ENERGIA SDR (EM MODO)

14.1 KWH/1000H



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSUMO DE ENERGIA (TÍPICO)

22 WATT

MODO DE ESPERA DE CONSUMO DE ENERGIA

0.3 WATT

CONSUMO DE ENERGIA (MODO DESLIGADO)

0.3 WATT

INTERRUPTOR DE ATIVAÇÃO/DESATIVAÇÃO

SIM

DIMENSÕES E PESO

DETALHES DE PESO E DIMENSÕES

- COM APOIO - LARGURA: 50.43 CM - PROFUNDIDADE: 17.88 CM - ALTURA: 38.41 CM - PESO: 2.67 KG
- SEM APOIO - LARGURA: 50.43 CM - PROFUNDIDADE: 4.92 CM - ALTURA: 29.54 CM - PESO: 2.34 KG

1 ANO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA NO LOCAL
TÉCNICO NO LOCAL PARA REPARO

MICROSOFT® OFFICE HOME & BUSINESS 2021
INCLUI WORD, EXCEL, POWERPOINT E OUTLOOK (GENUINO)



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- Em caso de contrato de Locação, terá caráter continuado, caso seja aquisição do bem, não se aplica.
- A duração inicial deste contrato será de 36 meses, considerando o constante crescimento desta casa legislativa, bem como a necessidade de atualização das máquinas, visando um funcionamento linear, eficiente e constante.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Afim de sanar tal necessidade, levanta-se duas possibilidades:

- A primeira possibilidade seria a aquisição dos computadores, juntamente com a aquisição de licenças de antivírus, licenças do Microsoft Office e Sistema operacional, além de equipamentos reserva como monitores, teclados e mouses. Sendo que esta contratação poderia ficar no valor total aproximado de **R\$ 253.160,00**, considerando 40 computadores.
- A segunda possibilidade seria a locação dos computadores, contemplando suas manutenções, licenças de Sistema Operacional, Microsoft Office e Antivírus. Sendo que esta contratação poderia ficar no valor total aproximado de **R\$ 135.840,00**, considerando 40 computadores.

6.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição de Computadores:



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

	Para a aquisição é necessário a iniciação de uma ata de registro de preço para a troca gradativa dos computadores, porém neste processo deverá além de comprar computadores completos (Monitor, Gabinete, Mouse e Teclado), deve-se comprar licenças do Microsoft Office, Licenças de antivírus, além de peças de reposição para possíveis manutenções corretivas, como memórias RAM, HD SSD, Mouse reserva, monitor reserva, teclado reserva.
2	<p>Locação de Computadores:</p> <p>Realização de uma locação fracionada, de 40 computadores para substituição gradativa dos computadores desta casa. Nesta contratação diferentemente do processo de aquisição, não se precisaria comprar periféricos e peças reserva, visto que, este tipo de serviço englobaria as manutenções preventivas e corretivas, incluindo a troca de peças e ou a troca do equipamento.</p>

6.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

- As duas contratações atenderiam a necessidade desta Casa Legislativa, porém a aquisição dos computadores seria inviável, no sentido que os computadores comprados sofrem a depreciação de valor e acabam ficando obsoletos e onerosos. Desta forma, ao final de 10 anos, haverá um passivo de equipamentos sem utilização para o Poder Legislativo Municipal.
- Através da locação de computadores, é possível garantir que o parque tecnológico da Câmara esteja sempre atualizado, melhorando a produtividade e desempenho das atividades administrativas. Ademais, o custo da solução é muito menor do que a aquisição de computadores, conforme abaixo demonstrado.

6.3. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

Solução Possível 1
Descrição:
Aquisição de Computadores: Para a aquisição é necessário a iniciação de uma ata de registro de preço para a troca gradativa dos computadores, porém neste processo deverá além de comprar computadores completos (Monitor, Gabinete, Mouse e Teclado), deve-se comprar licenças do Microsoft Office, Licenças de antivírus, além de peças de reposição para possíveis manutenções corretivas, como memórias RAM, HD SSD, Mouse reserva, monitor reserva, teclado reserva.
Custo Total – Memória de Cálculo
Valor médio do Computador completo (UN) (Gabinete, Monitor, Mouse e teclado) – R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00; Valor Licença Microsoft Office Professional 2021 (UN) – R\$ 1329,00; Mouse reserva 70,00 x 15 unid. Teclado reserva 80,00 x 15 unid. Monitor reserva 1058,00 x 15 unid.

Solução Possível 2
Descrição:
Locação de Computadores: Realização de uma locação fracionada de 40 computadores para substituição gradativa dos computadores desta casa. Nesta contratação diferentemente do processo de compra não se precisaria comprar periféricos e peças reserva, visto que este tipo de



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

serviço engloba as manutenções preventivas e corretivas, incluindo a troca de peças e ou a troca do equipamento.

Custo Total – Memória de Cálculo

Locação do computador completo conforme especificações – Valor unitário mensal: R\$ 283,00, onde, R\$ 198,00 computador e R\$ 85,00 por licença do Office.

6.4 – MAPA COMPARATIVO DOS CUSTOS TOTAIS

Descrição da Solução	Estimativa ao longo dos anos			Total
	Ano 1 (15 unid.)	Ano 2 (15 unid.)	Ano 3 (10 unid.)	Total (40 unid.)
Solução Possível 1	R\$ 94.935,00	R\$ 94.935,00	R\$ 63.290,00	R\$ 253.160,00
Solução Possível 2	R\$ 50.940,00	R\$ 50.940,00	R\$ 33.960,00	R\$ 135.840,00

Ressalta-se ainda que, os valores apresentados na Solução 1 (Aquisição) não foram demonstrados na planilha acima, bem como as manutenções, o que significa que os valores ainda sairiam acima do previsto.

Os valores foram obtidos através de pesquisa em sítios de compra e locação de computadores (proposta anexada ao fim deste documento).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

Levando em consideração o número de funcionários, e a necessidade de substituição dos computadores para celeridade do processo, para o primeiro ano previu-se a locação de 15 computadores, para o segundo ano, mais 15 computadores, e no último ano sendo necessário, mais 10 computadores, totalizando 40 computadores.

6. RESULTADOS PRETENDIDOS

Melhoria do Parque tecnológico da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro, levando em consideração a evolução tecnológica e o crescimento desta casa bem como o aumento de funcionários, bem como a necessidade de atualização das máquinas, visando um funcionamento linear, eficiente e constante.

Maior eficiência na execução dos serviços administrativos, haja vista a disponibilização de equipamentos sempre atualizados.

7. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Analisando os impactos ambientais, deve-se verificar a produção de lixo eletrônico que esta casa produz quando se trata de computadores.

- Na locação, esta casa legislativa se exime da produção de lixo eletrônico ficando na responsabilidade da empresa a ser contratada, fazer o descarte correto dos equipamentos quando caírem em desuso.
- Na aquisição, a Câmara fica inteiramente responsável por esse processo, envolvendo ainda baixa de patrimônio e desgaste da Administração Pública.

10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do exposto neste ETP, declaro **VIÁVEL** a contratação de locação dos computadores. Os fatores que ensejaram a conclusão pela viabilidade da contratação são os seguintes:

- I. Celeridade no processo de melhoria do parque tecnológico;
- II. Valor da contratação;
- III. Fator ambiental, quanto ao descarte e produção de lixo eletrônico;
- IV. Custo com manutenções preventivas e corretiva;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de Equipamentos de Informática, incluída a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com fornecimento de insumos básicos inerentes a estes serviços, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG, conforme condições, quantidades e exigências mínimas estabelecidas neste instrumento:

DESCRIÇÃO	QTD
<u>MICROCOMPUTADOR COMPLETO</u>	40
PROCESSADOR 12ª GERAÇÃO DE INTEL® CORE™ I5-12400 (6-CORE, 12-THREAD, CACHE DE 18MB, 2.5GHZ ATÉ 4.4GHZ)	
PLACA DE VÍDEO PLACA DE VÍDEO INTEL® UHD GRAPHICS 730	
ARMAZENAMENTO SSD DE 256GB PCIE NVME M.2	
MEMÓRIA MEMÓRIA DE 8GB (1X8GB), DDR4, 3200MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 64G (2 SLOTS UDIMM)	
WIRELESS INTEL® WI-FI 6 (GIG+) 2X2 E BLUETOOTH	
PORTAS PARTE FRONTAL: UNIDADE DE DISCO ÓPTICO (OPCIONAL) LEITOR DE CARTÃO DE MÍDIA (OPCIONAL) 2 PORTAS USB 2.0 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO 1 ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET 1 LEITOR DE SD-CARD (OPCIONAL) TRASEIRAS: 2 PORTAS USB 2.0 COM SMART POWER	



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO
1 PORTA DE SAÍDA DE ÁUDIO
1 PORTA ETHERNET RJ-45
1 PORTA PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA
1 PORTA HDMI 1.4B
1 PORTA DISPLAYPORT 1.4

UNIDADE ÓPTICA
SEM LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD

SLOTS
1 PORTA SATA 3.0
1 PORTA SATA 2.0
1 SLOT PCIE X16 DE MEIA ALTURA
1 SLOT PCIE X1 DE MEIA ALTURA
1 SLOT DE CARTÃO M.2 2230 PARA PLACA COMBINADA DE
WIFI/BLEETOOTH
1 SLOT DE CARTÃO M.2 2230/2280 PARA UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO

DIMENSÕES E PESO

1. ALTURA: 2,9 CM (11,42")
2. LARGURA: 92,6 CM (3,65")
3. PROFUNDIDADE: 29,3 CM
(11,53")
4. PESO INICIAL: 3,60 KG
(7,94 LB)¹

SISTEMA OPERACIONAL

WINDOWS 11 PRO PORTUGUÊS (BRASIL), GENUINO.

TECLADO

TECLADO PRETO, COM FIO, EM PORTUGUÊS
GERAL
TIPO DE DISPOSITIVO
INTERFACE
USB
DISPOSITIVO DE ENTRADA
FUNÇÃO DE TECLAS DE ATALHO
VOLUME, MUDO, LEITURA/PAUSA, RETROCESSO, AVANÇO
ESTILO DE TECLAS
CHICLETTE
LOCALIZAÇÃO E DISPOSIÇÃO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTUGUÊS

LARGURA

44.2 CM

PROFUNDIDADE

12.7 CM

ALTURA

2.44 CM

PESO

503 G

DISPOSIÇÃO

PORTUGUÊS – ABNT2

TIPO DE TECLA

CHICLETE

MOUSE

MOUSE PRETO COM FIO

GERAL

TIPO DE DISPOSITIVO

PESO

87 G

COR

PRETO

DISPOSITIVO DE ENTRADA

TECNOLOGIA DE CONECTIVIDADE

COM CABO

INTERFACE

USB

TECNOLOGIA DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO

ÓPTICO

RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO

1000 PPP

COMPRIMENTO DO CABO

1.8 M

CARACTERÍSTICAS

RODA DE ROLAGEM

EXPANSÃO / CONECTIVIDADE

INTERFACES

1 X USB

MONITOR

GERAL

TIPO DE VISOR



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

MONITOR LCD COM RETROILUMINAÇÃO LED / MATRIZ ATIVA TFT

CLASSE DE ENERGIA

CLASSE E

DIMENSÃO DIAGONAL

21.5"

TIPO DE PAINEL

VA

RELAÇÃO DE ASPECTO

16:9

RESOLUÇÃO NATIVA

FULL HD (1080P) 1920 X 1080 A 60 HZ

PÍXEL POR POLEGADA

103

BRILHO

250 CD/M²

RELAÇÃO DE CONTRASTE

3000:1

SUORTE DE COR

16,7 MILHÕES DE CORES

GAMA DE CORES

72% NTSC (CIE 1931)

TEMPO DE RESPOSTA



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

12 MS (CINZA A CINZA NORMAL); 8 MS (CINZA A CINZA RÁPIDO)

ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO HORIZONTAL

178°

ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO VERTICAL

178°

REVESTIMENTO DE TELA

ANTI-GLARE 3H HARDNESS

TECNOLOGIA DE RETROILUMINAÇÃO

LUZ POSTERIOR DE LED

RECURSOS

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE ARESTA LED, TECNOLOGIA FLICKER FREE, DELL COMFORTVIEW

DIMENSÕES (LXPXA)

50.43 CM X 17.88 CM X 38.41 CM - COM APOIO

PESO

2.67 KG

CONECTIVIDADE

INTERFACES

- HDMI (HDCP 1.4)
- VGA

MECÂNICO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

AJUSTES DA POSIÇÃO DO VISOR

INCLINAÇÃO

ÂNGULO DE INCLINAÇÃO

-5/+21

INTERFACE DE MONTAGEM VESA

100 X 100 MM

DIVERSOS

CARACTERÍSTICAS

SUPOSTA INTERFACE VESA

CABOS INCLUÍDOS

1 X CABO HDMI

PADRÕES DE CONFORMIDADE

TUV, ROHS, HDCP 1.4

POTÊNCIA

VOLTAGEM DE ENTRADA

AC 100-240 V (50/60 HZ)

CONSUME DE ENERGIA (MODO LIGADO)

14.1 W

CONSUMO DE ENERGIA SDR (EM MODO)

14.1 KWH/1000H



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSUMO DE ENERGIA (TÍPICO)

22 WATT

MODO DE ESPERA DE CONSUMO DE ENERGIA

0.3 WATT

CONSUMO DE ENERGIA (MODO DESLIGADO)

0.3 WATT

INTERRUPTOR DE ATIVAÇÃO/DESATIVAÇÃO

SIM

DIMENSÕES E PESO

DETALHES DE PESO E DIMENSÕES

- COM APOIO - LARGURA: 50.43 CM - PROFUNDIDADE: 17.88 CM - ALTURA: 38.41 CM - PESO: 2.67 KG
- SEM APOIO - LARGURA: 50.43 CM - PROFUNDIDADE: 4.92 CM - ALTURA: 29.54 CM - PESO: 2.34 KG

MICROSOFT® OFFICE HOME & BUSINESS 2021
INCLUI WORD, EXCEL, POWERPOINT E OUTLOOK (GENUINO)

1.2. O prazo de vigência da contratação será de **03 (três) anos**, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja evidência de vantajosidade de preço, conforme estabelecido no artigo 84 da Lei 14.133/2021.

1.3. Cumpre informar ainda, que a entrega dos equipamentos será de forma fracionada, sendo que no primeiro ano, a Câmara Municipal irá solicitar 15 computadores, mais 15 computadores para o segundo ano, e no último ano solicitará mais 10 computadores, levando-se em consideração o número de funcionários atuais, os que ainda irão ser admitidos e a necessidade de substituição dos computadores.

1.4. A entrega dos equipamentos contidos neste Termo de Referência e as manutenções



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

dos equipamentos se realizará no seguinte endereço: Avenida JK, 380, Bairro Centro, Conceição do Mato Dentro/MG.

1.5. Os itens aqui licitados, deverão ser entregues, em até 15 dias, após a ordem de serviço.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O fornecimento dos bens será considerado um serviço contínuo, o que possibilita à Câmara Municipal adquirir os produtos conforme sua demanda ao longo de um período de um ano. Essa modalidade permite o parcelamento da entrega dos itens de acordo com a necessidade, garantindo a continuidade no fornecimento e atendendo às demandas de forma flexível e adequada.

1.8. Os cálculos que deram origem aos quantitativos previstos para esta contratação foram baseados nas contratações anteriores, considerando o consumo dos últimos anos, bem como, prevendo os novos funcionários que irão entrar, conforme demonstrado no ETP.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

2.1. Não se aplica.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação decorre da necessidade de atender as demandas desta Câmara Municipal, uma vez que a mesma não possui atualmente, equipamento que supra a recorrente demanda, já que são essenciais ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela administração pública, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas por esta Edilidade. Assim, a referida contratação visa à prestação de serviço por uma Empresa especializada em locação de computadores, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, bem como a substituição de peças desgastadas naturalmente ou que apresentem defeitos de



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

fábrica, também em face de sua depreciação e obsolescência, causado pelo avanço tecnológico e o desgaste natural pelo uso contínuo.

Ademais, como a maior parte das tecnologias, computadores e equipamentos de interconexão passam por um ciclo de depreciação natural diretamente ligada a modernização e a evolução tecnológica, sendo de suma importância a presente contratação, para garantir equipamentos eficientes e modernos, para continuidade das atividades.

4. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

4.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

4.1.1. GESTOR DO CONTRATO: Laura Siqueira Gonçalves Rocha, Procuradora, Matrícula: 194, procuradoria@camaracmd.mg.gov.br, (31) 3868- 2000.

4.1.2. FISCAL DO CONTRATO: Luiz Antônio de Oliveira Rocha, Técnico em Informática, Matrícula: 173, ti@camaracmd.mg.gov.br, (31) 3868-2000.

4.1.3. FISCAL SUBSTITUTO: Ranniele Ribeiro de Oliveira Santos, Chefe de Finanças e Contabilidade, Matrícula: 134, e-mail: contabilidade@camaracmd.mg.gov.br, (31) 3868-2000

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

4.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ou dos defeitos observados.

4.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

4.5. O contratado será obrigado a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

4.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

4.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

4.9. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.10. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.11. No ato da contratação, a contratada deverá indicar um preposto do seu quadro de colaboradores e, respectivamente, seu canal de contato, o qual precisará ser eficaz, a fim de atender às demandas da contratante pertinentes ao objeto da contratação. Respeitada a prioridade e a complexidade da demanda, a tentativa de contato mal sucedida injustificada ensejará a notificação extrajudicial da contratada, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

4.12. Após a assinatura do contrato ou documento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da empresa contratada para uma reunião inicial com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização. Esse plano conterá informações sobre as



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias para execução do objeto, o plano complementar de execução da contratada (se houver), o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, entre outros aspectos relevantes. A modalidade da reunião será acordada entre as partes, podendo ser realizada por vídeo chamada ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00.

4.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do Município – CFM.

4.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM.

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

5.1 Microcomputadores e periféricos (teclados, mouses), que consiste na disponibilização dos equipamentos, em local definido pela CONTRATANTE, no seguinte endereço: Avenida JK, nº380, Bairro Centro em Conceição do Mato Dentro/MG, garantindo a manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e materiais de consumo de primeiro uso e não reutilizados, necessários ao seu funcionamento, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

A solução a ser fornecida deverá atender aos requisitos elencados a seguir:

5.2. Disponibilização de equipamentos de última geração, novos e sem uso, devidamente instalados, conforme especificação mínima exigida;

5.3. Disponibilização de microcomputadores compatível (is) com o ambiente operacional da unidade, acompanhada(s) de driver de instalação

5.4. Deverão ser fornecidos cabos, acessórios e softwares necessários à completa instalação, configuração e operação dos equipamentos;

5.5. Disponibilização de microcomputadores com alimentação elétrica compatível com a tensão elétrica da unidade solicitante, qual seja: 110v.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

5.6. Serviços de suporte técnico: instalação, desinstalação, configuração e customização de todos os equipamentos e demais recursos computacionais (hardware e software) que forem necessários para os serviços contratados.

5.7. Treinamento mínimo para 03 (três) funcionários da CONTRATANTE dos recursos, a ser fornecido pela CONTRATADA;

5.8. A equipe de suporte técnico da CONTRATANTE deverá receber treinamento quanto à operação, instalação e configuração de todos os modelos de equipamentos solicitados, em local designado pela CONTRATANTE

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. O licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado atestando experiência nas atividades descritas no objeto da licitação e atender demais exigências ao descrito no Edital e seus anexos; *Compatível em características refere-se aos tipos de equipamentos de informática especificados neste TR, prazos de no mínimo 06 meses do contrato que gerou (o)s atestado(s) e quantitativo de pelo menos 50% do quantitativo e capacidade do parque computacional previsto para esta locação. Os Atestados deverão estar acompanhados do seu Contrato específico e Edital e/ou TR – Termo de Referência que deu origem ao serviço. Em caso de cliente empresa privada, os Editais ou TRs deverão ser substituídas por Proposta Técnica/Comercial com o detalhamento dos serviços, tecnologias e quantitativos e com o aceite do cliente. Os atestados de clientes privados, bem como a assinatura do aceite da proposta do licitante pelo contratante, deverão ter a firma reconhecida do emitente do atestado e aprovador da proposta técnica/comercial. Um ou mais atestados deverão comprovar os serviços abaixo, claramente descritos, independentemente de o licitante achar que alguma especificação é parte de outro serviço: Locação com manutenção de Microcomputadores e seus periféricos, mínimo de 30 unidades; Os atestados técnicos deverão conter claramente a identificação da empresa contratante, vigência da prestação dos serviços, descrição dos serviços, data de emissão, assinatura do responsável legal da empresa, nome legível, cargo e contatos do mesmo ou da empresa. Os atestados dos licitantes devem se referir a



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

apenas um CNPJ, ou seja, a licitante não poderá apresentar atestados ou serviços prestados por outra empresa do grupo com CNPJ diferente.

6.2. Indicada a marca/fabricante e modelo dos equipamentos na Proposta de Preços, a empresa licitante deverá apresentar na Habilitação Técnica e na Proposta de Preços: Declaração do fabricante específica para esta licitação de que a Licitante é revenda e assistência técnica autorizada dos equipamentos ofertados. Declaração do fabricante específica para esta licitação de que os microcomputadores ofertados pelo licitante são de sua fabricação própria ou por regime de OEM (Original Equipment Manufacturer) e que garante a total funcionalidade do mesmo;

6.3. A licitante deverá apresentar declaração do fabricante ou do distribuidor autorizado dos equipamentos, especificados para este Termo de Referência, assinada por representante legal. Essa declaração deverá atestar sua capacidade em fornecer/locar e prestar assistência técnica aos equipamentos ofertados.

6.4. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os equipamentos estabelecidos, no local determinado, obedecendo às especificações mínimas e demais condições estabelecidas, fornecendo ainda suprimentos e materiais de consumo, exceto papel, destinados à operação dos mesmos. A CONTRATADA deverá substituir/transferir o equipamento sempre que a necessidade seja notada pela CONTRATANTE.

6.5. A CONTRATADA deve prover o contato centralizado para registro de chamados e ocorrências de quaisquer tipos, fornecendo números de protocolos rastreáveis ao final de qualquer registro. Tanto solicitações de manutenções de qualquer espécie, quanto registro de ocorrências e problemas devem ser feitos a partir desse contato.

6.6. Prazos previstos e locais de entrega, compreendendo que a locação dos equipamentos é por demanda conforme necessidades das unidades, não sendo a Contratante obrigada a locar o total dos equipamentos. A Contratada deverá seguir o cronograma de entrega.

7. VISTORIA

O licitante interessado em participar da Licitação deverá vistoriar o local da unidade requerente, onde serão executados os serviços que fazem parte do objeto dessa licitação,

64

Av. JK, 380 – Centro – CEP: 35.860-000

Telefones: (31) 3868-1059, 3868-1080, 3868-2000

<http://www.conceicaodomatodentro.mg.leg.br/>

camaracmd@gmail.com



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

com o objetivo de inteirar-se do ambiente, das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao fiscal de contrato descrito neste Termo de Referência. A vistoria deve ser realizada nos horários de 08:00h as 17:00hs, através do seu representante legal em até 3 (três) dias úteis que antecedem à realização do certame, impreterivelmente.

O licitante que não optar pela vistoria, não poderá alegar desconhecimento das condições do prédio e grau de dificuldades existentes.

8. FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1 Será adotado o sistema de locação de equipamento. Assim sendo, para cobrança do faturamento mensal deverá ser considerado valor fixo mensal pela locação dos equipamentos locados.

8.2 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

8.3 A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento, indicativo do cumprimento pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

8.4 Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

8.5 A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) estar acompanhadas da documentação probatória pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

8.6 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese,



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8.7 As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

8.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

8.9 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: Mês de referência da fatura; · Período de faturamento; · Base de cálculo de imposto; · Valor do imposto a ser pago; · Valor total mensal; Quantidade de equipamentos locados.

9. ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

9.1. A marca, a referência e demais características, dos bens ofertados, deverão obrigatoriamente, ser informados na proposta;

9.2. A marca indicada será uma só para o item, sem possibilidade de substituição por qualquer outra;

9.3. Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita. Devem ser indicados todos os modelos de todos os produtos ofertados;

9.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias;

9.5. A entrega do material contratado será feita de forma parcelada e de acordo a necessidade da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG.

9.6. A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições do instrumento de contrato, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei Estadual nº 9.433/05.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

10.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Atender às solicitações feitas pelo Departamento Responsável da Câmara Municipal imediatamente após o recebimento da ordem de fornecimento.
- b) O cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades contratadas, acrescidas se necessário, sem ônus de transporte para a Câmara.
- c) Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos que não estiverem de acordo com as especificações do objeto;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro.
- e) Comprometer-se a fornecer os itens conforme padrão de qualidade estabelecido na especificação;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);
- g) Substituir os produtos que apresentem danos ou avarias, no prazo de 01 (uma) hora, ou imediatamente no caso de eventos;
- h) A Contratada deverá fornecer produtos de boa qualidade e dentro do prazo de validade. Não serão aceitos produtos sem o prazo de validade e/ou fora do prazo da validade;
- i) Entregar as embalagens sem conter emendas, rasuras, sinais de violação de qualquer tipo, bem como: amassadas, manchadas, molhadas ou com danos aparentes;
- j) Responsabilizar pelos prejuízos causados à Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- k) Iniciar a execução do contrato após a assinatura, entregando o objeto após a ordem de fornecimento.
- l) Durante toda vigência contratual, ser a responsável pela qualidade dos materiais entregues;
- m) O fiel cumprimento de todas as Cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.

10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações deste objeto;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- f) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V. Receber os materiais, disponibilizando local, data e horário;

VI. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues fora das especificações mínimas;

VII. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS PENALIDADES E MULTAS

12.1 Ficarão impedidos de licitar e de contratar com a Câmara Municipal Conceição do Mato Dentro e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

12.1.1 não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, quando cabível;

12.1.2 não entregar a documentação exigida no edital;

12.1.3 apresentar documentação falsa;

12.1.4 causar o atraso na execução do objeto;

12.1.5 não manter a proposta;

12.1.6 falhar na execução da ata de registro de preços ou do contrato, se houver;

12.1.7 fraudar na execução da ata de registro de preços ou do contrato, se houver;

12.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.9 declarar informações falsas; e

12.1.10 cometer fraude fiscal.

12.2 Aplicam-se as sanções previstas no item acima a todos os licitantes que forem por ventura convocados durante a licitação.

12.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.4.2 Juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez por cento) sobre o total da ata de registro de preços ou do contrato;

12.4.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

de preços ou do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.4.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.4.5 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e, será descredenciado no sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

13 - DA RESCISÃO

13.1 A rescisão do presente contrato terá lugar de pleno direito, independente de ação ou interpelação judicial, se:

- a CONTRATADA falir ou dissolver-se;
- a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o contrato e os direitos dele decorrentes;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- a CONTRATADA suspender a prestação de serviço, sem prévia ordem judicial ou sem recorrer das decisões das autoridades competentes, ficando sujeita a multa, mais perdas e danos.
- a CONTRATADA tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato.

13.2 A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse do serviço e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes aos serviços já efetuados e prestados.

14. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar.

15 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.01.01.01.031.0101.2002.3.3.90.39.00 – Ficha 15 – Locação de máquinas e equipamentos.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1.Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de Equipamentos de Informática, incluída a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com fornecimento de insumos básicos inerentes a estes serviços, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG.

DESCRIÇÃO	UNID MED.	QTD
<u>MICROCOMPUTADOR COMPLETO</u> PROCESSADOR 12ª GERAÇÃO DE INTEL® CORE™ I5-12400 (6-CORE, 12-THREAD, CACHE DE 18MB, 2.5GHZ ATÉ 4.4GHZ) PLACA DE VÍDEO PLACA DE VÍDEO INTEL® UHD GRAPHICS 730 ARMAZENAMENTO SSD DE 256GB PCIE NVME M.2 MEMÓRIA MEMÓRIA DE 8GB (1X8GB), DDR4, 3200MHZ; EXPANSÍVEL ATÉ 64G (2 SLOTS UDIMM) WIRELESS INTEL® WI-FI 6 (GIG+) 2X2 E BLUETOOTH PORTAS PARTE FRONTAL: UNIDADE DE DISCO ÓPTICO (OPCIONAL) LEITOR DE CARTÃO DE MÍDIA (OPCIONAL) 2 PORTAS USB 2.0 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO 1 ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET 1 LEITOR DE SD-CARD (OPCIONAL) TRASEIRAS: 2 PORTAS USB 2.0 COM SMART POWER 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO 1 PORTA DE SAÍDA DE ÁUDIO 1 PORTA ETHERNET RJ-45 1 PORTA PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA 1 PORTA HDMI 1.4B	UNID.	40



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>1 PORTA DISPLAYPORT 1.4</p> <p>UNIDADE ÓPTICA SEM LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD</p> <p>SLOTS 1 PORTA SATA 3.0 1 PORTA SATA 2.0 1 SLOT PCIE X16 DE MEIA ALTURA 1 SLOT PCIE X1 DE MEIA ALTURA 1 SLOT DE CARTÃO M.2 2230 PARA PLACA COMBINADA DE WIFI/BLUETOOTH 1 SLOT DE CARTÃO M.2 2230/2280 PARA UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO</p> <p>DIMENSÕES E PESO 1. ALTURA: 2,9 CM (11,42") 2. LARGURA: 92,6 CM (3,65") 3. PROFUNDIDADE: 29,3 CM (11,53") 4. PESO INICIAL: 3,60 KG (7,94 LB)¹</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO PORTUGUÊS (BRASIL), GENUINO.</p> <p>TECLADO TECLADO PRETO, COM FIO, EM PORTUGUÊS GERAL TIPO DE DISPOSITIVO INTERFACE USB DISPOSITIVO DE ENTRADA FUNÇÃO DE TECLAS DE ATALHO VOLUME, MUDO, LEITURA/PAUSA, RETROCESSO, AVANÇO ESTILO DE TECLAS CHICLETTE LOCALIZAÇÃO E DISPOSIÇÃO PORTUGUÊS LARGURA 44.2 CM PROFUNDIDADE 12.7 CM ALTURA 2.44 CM PESO 503 G DISPOSIÇÃO PORTUGUÊS – ABNT2 TIPO DE TECLA</p>		
--	--	--



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

CHICLETE		
MOUSE		
MOUSE PRETO COM FIO		
GERAL		
TIPO DE DISPOSITIVO		
PESO		
87 G		
COR		
PRETO		
DISPOSITIVO DE ENTRADA		
TECNOLOGIA DE CONECTIVIDADE		
COM CABO		
INTERFACE		
USB		
TECNOLOGIA DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO		
ÓPTICO		
RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO		
1000 PPP		
COMPRIMENTO DO CABO		
1.8 M		
CARACTERÍSTICAS		
RODA DE ROLAGEM		
EXPANSÃO / CONECTIVIDADE		
INTERFACES		
1 X USB		
MONITOR		
GERAL		
TIPO DE VISOR		
MONITOR LCD COM RETROILUMINAÇÃO LED / MATRIZ ATIVA TFT		
CLASSE DE ENERGIA		
CLASSE E		
DIMENSÃO DIAGONAL		
21.5"		
TIPO DE PAINEL		
VA		



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

RELAÇÃO DE ASPECTO		
16:9		
RESOLUÇÃO NATIVA		
FULL HD (1080P) 1920 X 1080 A 60 HZ		
PÍXEL POR POLEGADA		
103		
BRILHO		
250 CD/M²		
RELAÇÃO DE CONTRASTE		
3000:1		
SUPORTE DE COR		
16,7 MILHÕES DE CORES		
GAMA DE CORES		
72% NTSC (CIE 1931)		
TEMPO DE RESPOSTA		
12 MS (CINZA A CINZA NORMAL); 8 MS (CINZA A CINZA RÁPIDO)		
ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO HORIZONTAL		
178°		
ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO VERTICAL		
178°		
REVESTIMENTO DE TELA		
ANTI-GLARE 3H HARDNESS		
TECNOLOGIA DE RETROILUMINAÇÃO		



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>LUZ POSTERIOR DE LED</p> <p>RECURSOS</p> <p>SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE ARESTA LED, TECNOLOGIA FLICKER FREE, DELL COMFORTVIEW</p> <p>DIMENSÕES (LXPXA)</p> <p>50.43 CM X 17.88 CM X 38.41 CM - COM APOIO</p> <p>PESO</p> <p>2.67 KG</p> <hr/> <p>CONECTIVIDADE</p> <p>INTERFACES</p> <ul style="list-style-type: none">• HDMI (HDCP 1.4)• VGA <hr/> <p>MECÂNICO</p> <p>AJUSTES DA POSIÇÃO DO VISOR</p> <p>INCLINAÇÃO</p> <p>ÂNGULO DE INCLINAÇÃO</p> <p>-5/+21</p> <p>INTERFACE DE MONTAGEM VESA</p> <p>100 X 100 MM</p> <hr/> <p>DIVERSOS</p> <p>CARACTERÍSTICAS</p>		
--	--	--



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPOORTA INTERFACE VESA		
CABOS INCLUÍDOS		
1 X CABO HDMI		
PADRÕES DE CONFORMIDADE		
TUV, ROHS, HDCP 1.4		

POTÊNCIA		
VOLTAGEM DE ENTRADA		
AC 100-240 V (50/60 HZ)		
CONSUME DE ENERGIA (MODO LIGADO)		
14.1 W		
CONSUMO DE ENERGIA SDR (EM MODO)		
14.1 KWH/1000H		
CONSUMO DE ENERGIA (TÍPICO)		
22 WATT		
MODO DE ESPERA DE CONSUMO DE ENERGIA		
0.3 WATT		
CONSUMO DE ENERGIA (MODO DESLIGADO)		
0.3 WATT		
INTERRUPTOR DE ATIVAÇÃO/DESATIVAÇÃO		
SIM		
DIMENSÕES E PESO		
DETALHES DE PESO E DIMENSÕES		
• COM APOIO - LARGURA: 50.43 CM -		



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

PROFUNDIDADE: 17.88 CM - ALTURA: 38.41 CM - PESO: 2.67 KG		
• SEM APOIO - LARGURA: 50.43 CM - PROFUNDIDADE: 4.92 CM - ALTURA: 29.54 CM - PESO: 2.34 KG		
MICROSOFT® OFFICE HOME & BUSINESS 2021 INCLUI WORD, EXCEL, POWERPOINT E OUTLOOK (GENUINO)		

2. Servidor responsável pela pesquisa: Dayane Gonçalves Duarte

3. Fontes Consultadas:

3.1 O valor estimado foi obtido a partir de parâmetro de pesquisa de contratações similares pela Administração Pública, conforme fontes previstas na Lei Federal 14.133/2021, Art. 23 § 1 inciso II - *contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.*

As consultas de preços foram realizadas em contratações similares por se tratar de um serviço ao qual é bastante utilizado em diversos órgãos públicos, devido ao fato de, possivelmente ser mais viável a administração pública a locação do bem a aquisição.

3.2 Para a composição de valores unitários, as pesquisas foram feitas nos órgãos públicos relacionados abaixo, em sítios oficiais do órgão, dentro do prazo definido pela lei, com link de acesso para devidas conferências se necessário:

2. PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO, Ata de Registro de Preços nº 071/2023.

Link de Acesso: [Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo - RJ - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA](#)

CamScanner 03-01-2024 15.22 (arraial.rj.gov.br)



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

3. **FUNDAÇÃO DO ABC**, Proc. SMSP 130/2023, Aditamento nº 02/24.

Link de Acesso: PROCESSO Nº SMSP0130/2023 – EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE COMPUTADORES PARA AS UNIDADES QUE INTEGRAM A FUABC – CONTRATO DE GESTÃO DE SÃO MATEUS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES - Fundação do ABC | Organização Social de Saúde

SMSP-130.23-Termo-de-Aditamento-02.24-Locacao-de-Computadores-2.pdf
(fuabc.org.br)

4. **CIDENNF – CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**, Proc. 004/2023.

Link de Acesso: Licitação: Pregão Eletrônico - 006/2023 (cidenmf.com.br)

[https://cidenmf.com.br/arquivos/licitacao/32 Edital - prge 006-2023 \(1\).pdf](https://cidenmf.com.br/arquivos/licitacao/32 Edital - prge 006-2023 (1).pdf)

4. Método estatístico utilizado:

O valor estimado corresponde ao menor preço cotado, sendo que, optou-se por esta metodologia de apuração pois, tendo em vista que o ETP trouxe uma estimativa para esta contratação, o valor do menor preço seria o mais viável e próximo do valor apresentado, além de ser o mais vantajoso para a Câmara Municipal, na composição final de preços.

Em **anexo** apresentamos:

- a) Relatórios de pesquisas de preços coletados e respectivas fontes, extraída do sistema informatizado e sítios eletrônicos;
- b) Os documentos que comprovam as fontes consideradas e os respectivos detalhamentos.

5. Valor estimado de cada item:

FUNDAÇÃO DO ABC					
	UNID		VALOR	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL

80



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

DESCRIÇÃO	MED.	QTDE	UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
MICROCOMPUTADOR COMPLETO (conforme descrição do item 1. OBJETO, do Termo de Referência.	Unid.	40	R\$275,00	R\$11.000,00	R\$132.000,00

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO					
DESCRIÇÃO	UNID MED.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
MICROCOMPUTADOR COMPLETO (conforme descrição do item 1. OBJETO, do Termo de Referência.	Unid.	40	R\$339,00	R\$13.560,00	R\$162.720,00

CIDENNF – CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE					
DESCRIÇÃO	UNID MED.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
MICROCOMPUTADOR COMPLETO (conforme descrição do item 1. OBJETO, do Termo de Referência.	Unid.	40	R\$366,67	R\$14.666,80	R\$176.001,60

PREVIA	FORNECEDOR	PREÇO ESTIMADO MENSAL	PREÇO ESTIMADO ANUAL
--------	------------	-----------------------	----------------------



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

1	FUNDAÇÃO DO ABC	R\$11.000,00	R\$132.000,00
2	PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO	R\$13.560,00	R\$162.720,00
3	CIDENNF – CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE	R\$14.666,80	R\$176.001,60

5. Valor total estimado da contratação, considerando o menor preço, para 40 computadores x 12 meses: R\$132.000,00(Cento e trinta e dois mil reais).

Vale ressaltar que, esta contratação é de um serviço contínuo, e está prevista para 36 meses, de forma fracionada, conforme informado no Termo de Referência.

5.1. De acordo com a cotação de preços realizada e apresentada nesta MGC, sugere-se a modalidade Pregão Eletrônico, conforme Art. 6º, XLI - *pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO
DENTRO E

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, com sede na Avenida JK, 380, Centro, na cidade de Conceição do Mato Dentro/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20XX, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 053/2024 e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e demais legislação e regulamentos aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa n. XXX/20XX OU Inexigibilidade n. XXX/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de informática, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com fornecimento de insumos básicos inerentes a estes serviços, para atender as demandas da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro/MG, tendo como critério de julgamento “Menor preço por Item”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	UNIDAD	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR	VALOR TOTAL
------	--------	------------	-----------	-------	-------	-------------



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

	E				ITEM	
TOTAL						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Aviso de Dispensa;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura deste Contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão;

2.3. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

2.4. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

2.5. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

85

Av. JK, 380 – Centro – CEP: 35.860-000

Telefones: (31) 3868-1059, 3868-1080, 3868-2000

<http://www.conceicaodomatodentro.mg.leg.br/>

camaracmd@gmail.com



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para a execução do fornecimento do Produto objeto do contrato.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.4. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores ou no SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual/local da prestação dos serviços.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10. Comete infração administrativa, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

II. Impedimento de licitar e contratar:

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:
 - a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) receber multa e não efetuar o pagamento.
 - e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
 - f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. Atraso na execução do objeto;
 - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
 - g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
 - h) Induzir em erro a Administração;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
 - j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
 - k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
 - l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
 - f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
 - g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
 - i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
 - j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.
- iv. Multa:
- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente;

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

IV.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

10.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

10.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Portaria n. 67/2024.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição do Mato Dentro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conceição do Mato Dentro..... de de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI

(Confeccionar em papel timbrado da empresa)

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na _____, vem apresentar proposta de preços para os fins de participação da Dispensa Eletrônica nº 04/2024, conforme condições e especificações descritas a seguir:

ITEM	UNIDAD E	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR ITEM	VALOR TOTAL
TOTAL						

A Proposta deverá conter ainda:

- I – Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- II – Forma de pagamento será em até 05 (cinco) dias após o atesto da nota fiscal.
- III – O prazo de fornecimento será de até 07 (setes) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
- IV – Declaração de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: impostos, fretes, embalagens, seguros, instalação, implantação e demais encargos.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME COMPLETO:	DATA DE NASC.:
CPF:	RG:
	DATA DE EXPEDIÇÃO:
	ÓRGÃO EMISSOR:
ENDEREÇO COMPLETO E ATUALIZADO:	



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS

CARGO DO SÓCIO NA EMPRESA: () REPRESENTANTE LEGAL () DEMAIS MEMBROS DO QUADRO SOCIETÁRIO () MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL	INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO EMPRESA : BANCO: AGÊNCIA: CONTA BANCÁRIA
NACIONALIDADE/PROFISSÃO	
TELEFONE/ CELULAR	
E-MAIL PARTICULAR:	E-MAIL INSTITUCIONAL:

Localidade.....de.....de 2024. _____

(assinatura, nome e CPF do outorgante) (Carimbo com CNPJ da empresa)



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ESTADO DE MINAS GERAIS